

ANEXO I DO EDITAL N.º 14.001/2024 – ESPELHO DE CORREÇÃO DA PROVA DISCURSIVA**CARGO: ARQUITETO****QUESTÃO 01**

Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) é um marco legal no Brasil que estabelece diretrizes para o desenvolvimento urbano sustentável, promovendo o direito à cidade para todos os cidadãos. Ele enfatiza a função social da propriedade urbana e a participação popular como princípios fundamentais do planejamento urbano. Segundo Maricato (2000, p.17) um dos principais desafios do planejamento urbano no Brasil é a gestão da expansão urbana desordenada, que frequentemente resulta na formação de assentamentos informais e na precarização das condições de vida nas periferias das cidades. Diante do exposto, elabore uma redação utilizando, no máximo, 30 (trinta) linhas, explicando a importância do planejamento urbano para o desenvolvimento sustentável das cidades. Em sua resposta, destaque os principais desafios enfrentados no processo de planejamento urbano e discuta como esses desafios podem ser superados.

PADRÃO DE CORREÇÃO DA QUESTÃO 01

O planejamento urbano é crucial para o desenvolvimento sustentável das cidades, pois busca organizar o espaço urbano de maneira a promover o equilíbrio entre desenvolvimento econômico, inclusão social e proteção ambiental. O objetivo principal do planejamento urbano é criar cidades que ofereçam qualidade de vida para seus habitantes, com acesso adequado a serviços, infraestrutura, habitação, transporte, lazer e meio ambiente saudável.

Um dos principais desafios do planejamento urbano é a expansão desordenada das cidades, frequentemente resultante da urbanização acelerada e da falta de controle sobre o uso do solo. Esse crescimento descontrolado pode levar à formação de áreas informais, carência de serviços básicos e degradação ambiental. Outro desafio significativo é a inclusão social, especialmente a garantia de que todos os segmentos da população, incluindo os mais vulneráveis, tenham acesso igualitário aos benefícios do desenvolvimento urbano.

Para superar esses desafios, é necessário adotar estratégias que integrem princípios de sustentabilidade e participação comunitária. A implementação de políticas públicas que incentivem o desenvolvimento compacto e policêntrico das cidades, como a adoção de zonas mistas e a promoção do transporte público eficiente, pode ajudar a conter a expansão urbana desordenada. A revitalização de áreas degradadas e a regularização fundiária são medidas importantes para melhorar a infraestrutura e as condições de vida nas áreas informais.

A participação ativa da comunidade no processo de planejamento urbano é essencial. Ferramentas como consultas públicas, audiências e conselhos comunitários garantem que as necessidades e prioridades dos cidadãos sejam consideradas. Além disso, a utilização de tecnologias e dados geoespaciais pode melhorar a eficiência do planejamento, permitindo uma melhor gestão dos recursos urbanos.

Em suma, o planejamento urbano sustentável é vital para o desenvolvimento equilibrado das cidades, enfrentando desafios complexos como a expansão desordenada e a inclusão social. A integração de políticas públicas eficazes, tecnologias inovadoras e a participação cidadã são elementos-chave para superar esses desafios e construir cidades mais justas e sustentáveis.

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL**QUESTÃO 01**

Com base em seus conhecimentos e utilizando, no máximo, 30 (trinta) linhas, elabore uma redação que descreva sobre a trajetória da Assistência Social no Brasil, abordando desde a sua gênese, sedimentada na ajuda, na filantropia e no clientelismo, até se efetivar, por meio da Constituição Federal de 1988, como uma Política Pública, de direito do cidadão e dever do Estado.

PADRÃO DE CORREÇÃO DA QUESTÃO 01

Espera-se que o candidato seja capaz de discorrer sobre a Assistência Social ao longo da História, identificando o Corte Paradigmático promovido pela Constituição Federal de 1988, ao qualificar Assistência Social como política pública, constitutiva da Seguridade Social.

Dessa forma, espera-se respostas no seguinte modelo:

A assistência social no Brasil, desde a sua gênese até Constituição Federal de 1988, desenrolou-se como doação de auxílio, revestida pela forma de tutela, de benesse, de favor, através de uma prática imediatista e circunstancial voltada para parcela de pessoas menos favorecidas economicamente, de forma temporária, emergencial e descontínua, oferecida em situações específicas e eventuais.

Do ponto de vista histórico, a assistência sempre desempenhou algumas funções, sendo elas: a econômica, a fim de garantir a expansão do capital; a função ideológica, enquanto repressão da organização da classe trabalhadora e de sua expressão política com o objetivo de deter o avanço do movimento operário; e a função de controle do processo social e das condições de vida da massa pauperizada.

Quando o Estado brasileiro passou a reconhecer a questão social como uma questão política e assumir o seu equacionamento, a assistência começou a configurar-se como uma área programática da ação governamental para prestação de serviços e como mecanismo político para amortecimento de tensões sociais. Além da criação de programas de assistência imediata aos necessitados, o Estado assumiu a prestação de serviços sociais básicos e os programas de desenvolvimento comunitários para comunidades e regiões "estagnadas" socioeconomicamente.

Porém somente após a Constituição/88 a Assistência Social é qualificada como política pública, constitutiva da Seguridade Social, tendo sido regulamentada na perspectiva da universalização dos direitos, se constituindo assim, numa política pública fundamental para a superação da desigualdade social e efetivação da cidadania.

No entanto à medida que as classes menos favorecidas socioeconomicamente lutam por direitos e articulam-se politicamente com vistas a uma nova condição do exercício da cidadania, provocam nas classes dominantes uma reação no sentido de desmobilizá-las e despolitizá-las, integrando-as a mecanismos compulsórios de conciliação na tentativa de controlar os movimentos e as organizações das massas.

É neste sentido que a Política Pública de Assistência Social se inscreve em meio a um enfrentamento de forças complexo e específico a cada conjuntura social, política e econômica que se instaura no transcorrer da História.

CARGO: AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS**QUESTÃO 01**

A Lei nº 5.172/1966, também conhecida como Código Tributário Nacional (CTN), foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988 com status de Lei Complementar, sendo o atual diploma que dispõe, em âmbito nacional, sobre Normas Gerais de Direito Tributário. À luz de seus preceitos, elabore uma redação utilizando, no máximo, 30 (trinta) linhas, que aborde os seguintes tópicos: a definição legal de tributo, bem como o/os fatores determinantes para definição de sua natureza jurídica; quais são as espécies tributárias elencadas pelo CTN em sua teoria tripartite, citando seus conceitos.

PADRÃO DE CORREÇÃO DA QUESTÃO 01

O Código Tributário Nacional define tributo como sendo uma prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada. Estipula também que a natureza jurídica do tributo será definida pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevante para qualificá-la a denominação ou outras formalidades previstas na lei instituidora.

O CTN define que os tributos são o imposto, a taxa e a contribuição de melhoria. O imposto é o tributo desvinculado de qualquer atuação estatal específica em favor do contribuinte, ou seja, não se traduz em uma contraprestação pessoal. A taxa é o tributo cobrado em razão do exercício do poder de polícia ou pela prestação de serviços públicos aos contribuintes.

Por fim, a contribuição de melhoria decorre de obras públicas de que decorra valorização imobiliária.

CARGO: BIBLIOTECÁRIO**QUESTÃO 01**

De acordo com a Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação (2009), elabore uma redação utilizando, no máximo, 30 (trinta) linhas, explicando quais são os objetivos e funções atribuídos ao catálogo bibliográfico moderno. Explique, também, como esses objetivos e funções contribuem para a organização e acesso eficiente às informações registradas nos sistemas de bibliotecas e centros de documentação ao redor do mundo.

PADRÃO DE CORREÇÃO DA QUESTÃO 01

A Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação de 2009 estabelece objetivos e funções fundamentais para o catálogo bibliográfico moderno, visando a eficiência e a uniformidade na organização de informações. Um dos principais objetivos é facilitar a identificação e descrição dos recursos bibliográficos, garantindo que cada item seja devidamente registrado com informações precisas e padronizadas. Isso permite que os usuários localizem rapidamente os materiais que procuram, independentemente do formato ou do idioma.

Além disso, o catálogo bibliográfico auxilia na seleção e aquisição de materiais pelas bibliotecas, oferecendo uma base de dados confiável que orienta os bibliotecários na escolha de recursos que atendam às necessidades de seus usuários. Isso resulta em coleções mais relevantes e diversificadas, aprimorando a qualidade dos serviços oferecidos.

A promoção do acesso e da recuperação da informação pelos usuários é outra função crucial do catálogo. Através de sistemas de classificação e indexação bem estruturados, os catálogos possibilitam buscas eficientes, permitindo que os usuários encontrem as informações desejadas de maneira rápida e precisa.

Por fim, a Declaração enfatiza a importância de estabelecer padrões internacionais para a catalogação bibliográfica. A adoção de normas globais facilita a troca de informações entre bibliotecas e centros de documentação, promovendo a interoperabilidade e a colaboração internacional. Esses padrões garantem que os catálogos sejam consistentes e compreensíveis em qualquer parte do mundo, melhorando a acessibilidade e a eficiência dos serviços de informação.

Em resumo, os objetivos e funções delineados na Declaração de 2009 contribuem significativamente para a organização e o acesso eficiente às informações registradas nos sistemas de bibliotecas e centros de documentação, beneficiando tanto os profissionais da área quanto os usuários finais.

CARGO: ENGENHEIRO AGRÔNOMO**QUESTÃO 01**

O zoneamento agrícola serve para que o plantio de milho seja feito na época adequada, embora não tenha nenhum efeito no custo de produção, seguramente afeta o rendimento e, conseqüentemente, o lucro do agricultor. Para a tomada de decisão quanto à época ideal de plantio, é importante conhecer os fatores de riscos relacionados à produtividade agrícola. O agricultor tem que estar consciente de que a chance de sucesso de seu empreendimento depende de seu planejamento e que este depende de vários elementos. Pensando nisso e com base em seus conhecimentos e utilizando, no máximo, 30 (trinta) linhas, elabore uma redação que explique o que é zoneamento agrícola e seus elementos na cultura do milho.

PADRÃO DE CORREÇÃO DA QUESTÃO 01

É a integração de modelos de simulação de crescimento e desenvolvimento da cultura, base de dados de clima e solo, técnicas de análise de decisão e ferramentas de geoprocessamento. O sucesso alcançado pelo zoneamento deve ser creditado à qualidade científica dos trabalhos que deram sustentação ao modelo e à competência e vontade política das autoridades responsáveis pela sua implementação operacional. Foi um meio de colocar o conhecimento científico à disposição dos usuários. Integrando política de crédito e seguridade, orientações sobre períodos de semeadura por município, cultura/cultivar e tipo de solo, tem evitado as principais adversidades climáticas e possibilitado substancial redução no elevado percentual de perdas, anteriormente observados na agricultura brasileira.

O zoneamento pode ser visto como uma bem sucedida experiência de aplicação de tecnologias fundamentadas em estudos agrometeorológicos. Uma vez que nenhum projeto ou programa pode alcançar seus objetivos sem acompanhamento e monitoramento de sua operacionalização, a partir de 1966 passou a ter o monitoramento das operações securitárias do Proagro no âmbito do zoneamento agrícola. Esse monitoramento mostrou, de imediato, os seguintes resultados: redução das solicitações de coberturas por eventos climáticos sinistrantes; inibição e redução drástica de solicitações fraudulentas; disponibilização de informações sistematizadas que viabilizam aperfeiçoamento constante do zoneamento e diminuição dos aportes de recursos financeiros do Tesouro Nacional na cobertura de perdas agrícolas.

CARGO: ENGENHEIRO AMBIENTAL**QUESTÃO 01**

Com base em seus conhecimentos, elabore uma redação utilizando, no máximo, 30 (trinta) linhas, que responda o seguinte questionamento: a gestão sustentável de resíduos sólidos é um dos maiores desafios enfrentados pelas sociedades modernas, especialmente em países em desenvolvimento como o Brasil. Como as leis ambientais brasileiras, especialmente a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), influenciam a gestão sustentável dos resíduos sólidos no país, e quais são os principais desafios e soluções na implementação dessas políticas?

PADRÃO DE CORREÇÃO DA QUESTÃO 01

É necessário que o candidato:

Demonstre compreensão aprofundada sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e outras leis ambientais relevantes.

Inclua dados e exemplos concretos que ilustrem a situação atual da gestão de resíduos sólidos no Brasil.

Discuta os principais instrumentos e mecanismos da PNRS, como a logística reversa, o plano de gestão integrada de resíduos sólidos e a responsabilidade compartilhada.

Responda diretamente à pergunta proposta, abordando tanto a influência das leis ambientais quanto os desafios e soluções na implementação dessas políticas.

Matenha foco na gestão sustentável dos resíduos sólidos e na eficácia da legislação ambiental brasileira.

Estruture a redação de forma lógica e coesa, com introdução, desenvolvimento e conclusão bem definidos.

Apresente argumentos claros e bem fundamentados, utilizando dados e exemplos pertinentes para sustentar as ideias.

Escreva de maneira clara e correta, sem erros gramaticais, ortográficos ou de pontuação.

Utilize vocabulário técnico adequado e preciso ao discutir aspectos ambientais e de gestão de resíduos.

CARGO: FARMACÊUTICO**QUESTÃO 01**

A oferta de medicamentos para atendimento ambulatorial no Sistema Único de Saúde (SUS) é realizada através dos diferentes Componentes da Assistência Farmacêutica, garantindo o acesso e a continuidade do tratamento aos usuários do sistema. Marta é uma paciente hipertensa, portadora esclerose múltipla e leishmaniose. No mês de junho, Marta retirou os seguintes medicamentos na farmácia da UBS:

- anfotericina B 50mg; lipossomal; pó para solução injetável (estratégico)
- Amoxicilina 50 mg/mL
- Captopril 25 mg
- betainterferona 1a, 30 mcg

Considerando o exposto, elabore uma redação utilizando, no máximo, 30 (trinta) linhas, que aborde sobre a diferenciação entre os três Componentes da Assistência Farmacêutica; A classificação dos Componentes a que pertencem os quatro medicamentos utilizados como exemplo acima; A adoção da classificação “aWaRe” e, entre os medicamentos citados, qual pertence a esse grupo.

PADRÃO DE CORREÇÃO DA QUESTÃO 01

O Componente Básico da Assistência Farmacêutica abrange medicamentos para condições de saúde prevalentes na Atenção Primária à Saúde. O Captopril, usado por Marta para hipertensão, é um exemplo deste componente.

O Componente Estratégico da Assistência Farmacêutica destina-se ao acesso a medicamentos e insumos destinados aos agravos com potencial de impacto endêmico, bem como às condições de saúde caracterizadas como doenças negligenciadas. A anfotericina B pertence a este componente, sendo estratégica no combate à leishmaniose

O Componente Especializado da Assistência Farmacêutica é uma estratégia de acesso a medicamentos para doenças crônico-degenerativas, incluindo doenças raras. A betainterferona 1a, utilizada por Marta para esclerose múltipla, encaixa-se neste componente, indicando a necessidade de tratamentos específicos para doenças crônicas

A classificação “aWaRe” remete aos medicamentos antimicrobianos, que visa promover o uso responsável de antimicrobianos e combater a resistência antimicrobiana. A amoxicilina, do componente básico, também é classificada no aWaRe como antibiótico de para infecções comuns (grupo acesso).

Fonte: Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. Relação Nacional de Medicamentos Essenciais Rename 2022 [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde, Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. – Brasília: Ministério da Saúde, 2022.

CARGO: FONOAUDIÓLOGO**QUESTÃO 01**

O Processamento Auditivo Central (PAC) refere-se à eficiência e à efetividade com que o sistema nervoso auditivo central utiliza a informação auditiva. Em outras palavras, é um conjunto de habilidades específicas das quais o indivíduo depende para compreender o que ouve. Existem alguns pré-requisitos para avaliação do PAC, por isso, utilizando, no máximo, 30 (trinta) linhas, elabore uma redação que descreva quais são os pré-requisitos em relação à avaliação audiológica e em relação ao paciente e, ao final, descreva sobre os testes dióticos, monóticos e dicóticos.

PADRÃO DE CORREÇÃO DA QUESTÃO 01

Em relação à avaliação audiológica, é imprescindível que todo o paciente encaminhado para avaliação do PAC realize avaliação audiológica constando de pesquisa da audiometria tonal liminar, do limiar de reconhecimento de fala (LRF) e do índice percentual de reconhecimento de fala (IPRF), bem como das medidas de imitância acústica. Esta avaliação audiológica deverá ser realizada, preferencialmente, em data próxima a avaliação do PAC. Caso o paciente apresente histórico otológico e/ou de infecção ou alergia de vias aéreas superiores, ou outros indícios de acometimentos que podem gerar dúvidas em relação a acuidade auditiva, recomenda-se sempre uma nova avaliação audiológica.

Em relação ao paciente, a avaliação comportamental do PAC apresenta alguns requisitos tendo em vista a necessidade dos pacientes fornecerem respostas aos estímulos auditivos. Desta forma, deve-se observar antes de encaminhá-los para a avaliação comportamental do PAC se apresentam os seguintes requisitos:

- ▶ Idade mínima de sete anos
- ▶ Habilidades cognitivas e linguísticas suficientes para a compreensão das tarefas
- ▶ Limiares audiométricos dentro dos padrões de normalidade
- ▶ Ausência de alterações de orelha média no momento da avaliação
- ▶ Produção articulatória inteligível
- ▶ Nível de atenção compatível com as tarefas

Existem diferentes categorias para classificar os testes de PAC, classificadas de acordo com as seguintes variáveis: forma com que os sinais são apresentados nas orelhas, características das tarefas auditivas solicitadas e método ou abordagem utilizados.

▶ *Testes Dióticos são aqueles em que os estímulos auditivos são apresentados nas duas orelhas simultaneamente, em campo livre; são eles: Teste de Localização Sonora e Testes de Memória Sequencial para Sons Verbais (MSSV) e Não-Verbais (MSNV), que avaliam as habilidades de localização e memória para sons em sequência, e fazem parte da Avaliação Simplificada do Processamento Auditivo.*

▶ *Testes Monóticos são testes cujo estímulo de fala são apresentados de forma degradada, através da modificação das características de frequência, tempo ou intensidade de um sinal. São apresentados de forma monoaural, ou seja, uma orelha é avaliada por vez individualmente. Avaliam a habilidade de fechamento auditivo ou de figura-fundo em tarefas de reconhecimento de fala com sinal degradado ou competitivo.*

▶ *Testes Dicóticos referem-se aos testes cuja a condição de estimulação envolve dois estímulos diferentes concorrentes e que são apresentados simultaneamente nas duas orelhas. O processo auditivo a ser avaliado depende da tarefa que será requerida ao paciente. Em tarefas de atenção dividida (aquelas em que o sujeito é orientado a repetir todos os estímulos percebidos nas duas orelhas) o mecanismo auditivo avaliado é a integração binaural. Já em tarefas de atenção direcionada, ou seja, aquelas em que o indivíduo é orientado a ignorar os estímulos vindos de uma das orelhas e repetir somente os da orelha-alvo, o mecanismo auditivo avaliado é o de separação binaural.*

Referências

Guia de Orientação Avaliação e Intervenção no Processamento Auditivo Central. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnpbpcjpcglclefindmkaj/https://www.fonoaudiologia.org.br/wp-content/uploads/2020/10/CFFa_Guia_Orientacao_Avaliacao_Intervencao_PAC.pdf

Fatores na infância e adolescência que podem influenciar o processamento auditivo. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnpbpcjpcglclefindmkaj/https://www.scielo.br/j/rcefac/a/DwHb6rXSBNcYr7k6KvTk8nf/?format=pdf&lang=pt#:~:text=Os%20testes%20di%C3%B3ticos%20s%C3%A3o%20aqueles,e%20mem%C3%B3ria%20para%20sons%20em>

CARGO: PROCURADOR MUNICIPAL**QUESTÃO 01**

Maria, uma servidora pública do Município de Medianeira-PR, foi responsável pela contratação de uma empresa para realizar serviços de manutenção em um prédio público. No entanto, devido a negligência, ela falhou em verificar adequadamente a idoneidade da empresa contratada, que acabou não cumprindo com suas obrigações contratuais. Como resultado, o ente público teve que desembolsar recursos adicionais para contratar outra empresa e concluir o serviço, gerando prejuízo aos cofres públicos. A administração pública decidiu então processar Maria para reaver os valores gastos indevidamente.

Com base na legislação e nos princípios do Direito Administrativo, discuta utilizando, no máximo, 30 (trinta) linhas, a possibilidade de a administração pública exercer o direito de regresso contra Maria. Em sua resposta, aborde os seguintes pontos: definição e fundamento do direito de regresso no Direito Administrativo. Requisitos necessários para que a administração pública possa exercer o direito de regresso contra um servidor. Análise do caso de Maria à luz dos princípios da responsabilidade civil do servidor público. Considerações sobre as consequências para o servidor em caso de procedência da ação de regresso.

PADRÃO DE CORREÇÃO DA QUESTÃO 01

Definição e Fundamento do Direito de Regresso:

O direito de regresso é a prerrogativa que a administração pública possui de cobrar do servidor público os prejuízos que este tenha causado ao erário por ação ou omissão, dolosa ou culposa, no exercício de suas funções. Este direito está fundamentado no artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, que estabelece a responsabilidade civil do Estado por danos causados a terceiros por seus agentes, sendo possível a ação regressiva contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Requisitos para Exercer o Direito de Regresso:

Para que a administração pública exerça o direito de regresso contra um servidor, é necessário que se comprovem:

Ato Ilícito: Que o servidor praticou um ato contrário ao direito, seja por ação ou omissão.

Dano: Que houve efetivo prejuízo aos cofres públicos decorrente do ato ilícito praticado.

Nexo Causal: Que o dano foi diretamente causado pelo ato ilícito do servidor.

Culpa ou Dolo: Que o servidor agiu com culpa (negligência, imprudência ou imperícia) ou dolo (intenção de causar o dano).

No caso de Maria, a administração pública alega negligência na contratação da empresa de manutenção, resultando em prejuízo ao erário. Para que o direito de regresso seja exercido, é necessário:

Ato Ilícito: Maria não verificou adequadamente a idoneidade da empresa, o que pode ser considerado uma falha no cumprimento de seu dever de diligência.

Dano: Houve desembolso adicional para contratar outra empresa e concluir os serviços, configurando um prejuízo financeiro.

Nexo Causal: O prejuízo é consequência direta da negligência de Maria na contratação.

Culpa: A negligência de Maria, caracterizada pela falta de verificação adequada, configura a culpa necessária para a ação regressiva. Dessa forma, preenchidos os requisitos, é possível que a administração pública exerça o direito de regresso contra Maria.

Consequências para o Servidor:

Em caso de procedência da ação de regresso, Maria poderá ser condenada a ressarcir aos cofres públicos os valores gastos indevidamente. Além do impacto financeiro, a condenação pode acarretar consequências administrativas, como sanções disciplinares, e afetar a sua reputação profissional. Maria também terá direito ao devido processo legal e à ampla defesa durante o trâmite da ação de regresso.

O candidato deverá concluir que, observados os requisitos legais, a administração pública pode e deve buscar o ressarcimento dos prejuízos causados por seus servidores, garantindo a responsabilização adequada e a proteção do patrimônio público.

QUESTÃO 02

João é um empresário do setor de tecnologia que possui uma empresa de desenvolvimento de software com sede no Município de Medianeira-PR, onde também reside com sua família. Recentemente, João abriu um novo escritório em Flores Brancas, um município vizinho, onde tem investido em infraestrutura e contratação de pessoal. Ele divide seu tempo entre os dois escritórios, mas sua residência permanece em Medianeira-PR.

Com base na legislação tributária municipal e nos princípios de domicílio tributário, discuta utilizando, no máximo, 30 (trinta) linhas, qual seria o domicílio tributário de João para fins de cobrança de tributos municipais.

Em sua resposta, aborde os seguintes pontos: definição de domicílio tributário conforme a legislação brasileira. Critérios utilizados para determinar o domicílio tributário de uma pessoa física e de uma pessoa jurídica. A importância do domicílio tributário na definição de competência para a cobrança de tributos municipais. Análise do caso de João, considerando suas atividades econômicas e residenciais em dois municípios diferentes.

PADRÃO DE CORREÇÃO DA QUESTÃO 02

Definição de Domicílio Tributário:

De acordo com o Código Tributário Nacional (CTN), o domicílio tributário para fins de cobrança de tributos é o local onde o contribuinte tem a sua residência habitual ou, na falta desta, o local onde desenvolve sua atividade principal. No caso de pessoas jurídicas, é o local onde se encontra a sede ou onde desenvolvem a atividade principal.

O domicílio tributário é fundamental para definir a competência dos municípios na cobrança de tributos, como o ISS (Imposto Sobre Serviços) e o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano). A correta determinação do domicílio tributário evita conflitos de competência e garante que os tributos sejam recolhidos pelo município competente.

Crítérios para Determinação do Domicílio Tributário:

Para pessoas físicas, os critérios incluem: residência habitual: o local onde a pessoa reside com intenção de permanência; atividade econômica principal: o local onde a pessoa exerce sua atividade econômica principal; e outros fatores que indiquem uma relação mais estreita com determinado local.

Para pessoas jurídicas, os critérios incluem: local da sede: o endereço oficial da empresa registrado nos órgãos competentes; e local de atividade principal: onde ocorre a maior parte das operações comerciais e administrativas.

No caso de João, sua residência habitual e a sede da empresa estão em Medianeira, o que inicialmente sugere que este seja o seu domicílio tributário principal. No entanto, a abertura de um novo escritório em Flores Brancas e a divisão de tempo entre os dois municípios complicam a determinação.

Residência Habitual (Pessoa Física): João reside com sua família em Medianeira, o que fortalece a posição de que seu domicílio tributário pessoal é neste município.

Atividade Econômica (Pessoa Física): A atividade econômica de João como empresário está ligada tanto a Medianeira quanto a Flores Brancas. Entretanto, se considerarmos a sede da empresa e o maior volume de operações, Medianeira seria predominante.

Pessoa Jurídica (Empresa): A sede da empresa de João está em Medianeira, que também é o local de registro nos órgãos competentes. A abertura do escritório em Flores Brancas indica expansão, mas a sede oficial ainda define o domicílio tributário.

Portanto, considerando a legislação vigente e os critérios de determinação do domicílio tributário, espera-se que o candidato defenda que tanto João como pessoa física quanto sua empresa têm Medianeira como seu domicílio tributário principal.

No entanto, João deve estar atento às obrigações tributárias decorrentes das atividades em Flores Brancas, pois a legislação municipal pode exigir recolhimento de tributos específicos para as operações realizadas neste município, especialmente em relação ao ISS.

CARGO: PROFESSOR

QUESTÃO 01

Após a leitura do texto a seguir considere o que for proposto.

“O capacitismo não é algo simples de se identificar, não existe um manual que contemple tudo para evitar ser capacitista. Às vezes, atitudes e ações discriminatórias são construídas socialmente com tal força que podem se tornar – como diz Sidney Andrade no texto “Capacitismo: o que é, onde vive, como se reproduz?”, disponível on-line – uma força invisível capaz de tolher sonhos de uma criança, porque ela pensa que algo nela ou no corpo dela não está de acordo com o que a sociedade espera ou considera como normalidade.

Essa construção social é tão forte que resulta em pensamentos comuns de incapacidade e desigualdade dessas pessoas diante daquelas que não possuem deficiência. E, infelizmente, isso é levado para várias esferas ou dimensões da sociedade e, especialmente, para a escola. No dia a dia, há quem julgue que, se a pessoa tem uma deficiência, ela não é capaz de cuidar de sua própria vida ou de tomar decisões importantes, o que se traduz em uma condição de dependência.” (Jáima Pinheiro de Oliveira. Educação especial: formação de professores para a inclusão escolar. São Paulo: Contexto, 2023, p. 12).

Diante do exposto, elabore redação utilizando, no máximo, 30 (trinta) linhas a partir do seguinte tema:
“Por que uma escola inclusiva/democrática deve tomar cuidado contra o capacitismo?”

OBSERVAÇÃO: Fundamente a resposta por meio da pesquisa científica existente e da legislação brasileira, a exemplo da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e da Lei nº 9394/96 e suas alterações - Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

PADRÃO DE CORREÇÃO DA QUESTÃO 01

Para que a resposta atinja a sua plenitude dois pontos devem ser considerados:

- 1) O que é uma escola inclusiva/democrática
- 2) Como que esta escola deve ser contra o capacitismo

Primeiramente que uma escola inclusiva/democrática visa à igualdade material e não apenas à formal. Em matéria de legislação é possível citar:

1º LDB (inclusive há questão na prova que ajuda a fundamentar a pergunta dissertativa; o que consta na prova aparece abaixo em caixa alta).

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

XIV - RESPEITO À DIVERSIDADE HUMANA, *linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva.*

Art. 58. *Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.*

§ 1º *Haverá, QUANDO NECESSÁRIO, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.*

§ 2º *O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.*

Art. 60-A. *Entende-se por educação bilíngue de surdos, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, para educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdos.*

§ 1º *Haverá, quando necessário, serviços de apoio educacional especializado, como o atendimento educacional especializado bilíngue, para atender às especificidades linguísticas dos estudantes surdos.*

§ 2º *A OFERTA DE EDUCAÇÃO BILÍNGUE de surdos terá início ao zero ano, na educação infantil, e se estenderá ao longo da vida.*

2º Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

Objetivo da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais, garantindo:

- Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior;*
- Atendimento educacional especializado;*
- Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino;*
- Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar;*
- Participação da família e da comunidade;*
- Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e*
- Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.*

Diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular.

Por fim:

- Se espera que o(a) candidato(a) teça um diálogo entre a legislação e a ideia de igualdade real/material operada no contexto escolar (políticas públicas).*
- Sob essa égide, se a dissertação tem como tema o combate ao capacitismo, o(a) candidato(a) deve ter em vista o que significa esse conceito, que pode parecer, a um primeiro olhar, contraintuitivo. Para tanto, pode utilizar como base os autores citados no enunciado, Jáima Pinheiro de Oliveira e Sidney Andrade. É de Oliveira a seguinte definição, no livro supracitado: "Capacitismo pode ser entendido como ações, expressões e experiências que implicam exclusão, discriminação e negação de direito às pessoas com deficiência." (2023, p. 12).*
- Diante do exposto, uma escola democrática/inclusiva deve ser aquela que, visando a igualdade real/material, lute contra toda forma de discriminação (capacitismo), que pode se manifestar de forma clara ou mais disfarçada. Em razão disso, é fundamental que o educador tenha domínio sobre o assunto, que facilmente pode levar (capacitismo) para práticas de bullying e rebaixamento da dignidade da pessoa humana (um dos fundamentos expressos na Constituição Federal de 1988, art. 1º, III).*